

Há datas que dizem muito: escritos entre 1964 e 1978, os ensaios de Roberto Schwarz reunidos em *O pai de família* são uma resposta rigorosa e dialética à estranha conjunção de autoritarismo e modernização que a ditadura militar impôs à vida política e cultural no Brasil — para perplexidade da esquerda, destituída sem cerimônia de seu papel de vanguarda. Para dar conta de entender o nó que se armou, Schwarz criou uma prosa singular, cuja regra fundamental consiste em não se encastelar em posições e princípios, em não permitir que o adversário — ou o leitor — adivinhe o próximo movimento. Daí, também, o ziguezague reflexivo, que vai do cinema de Ruy Guerra a um perfil de Anatol Rosenfeld, do Tropicalismo de Caetano Veloso à ficção de Paulo Emílio Salles Gomes, da tradução oportuna de um conto de Kafka à pseudotradução de uma certa Bertha Dunkel. São ensaios regidos pelo esforço quase paradoxal de *reflexão no calor da hora*; não querem tomar posições inabaláveis, mas promover *deslocamentos*.



ROBERTO SCHWARZ nasceu em Viena, Áustria, em 1928. Ensinou teoria literária na Universidade de São Paulo e na Universidade Estadual de Campinas. É autor de dois livros clássicos sobre Machado de Assis: *As batatas* (1977) e *Um mestre na periferia do capitalismo* (1992). Seus ensaios estão reunidos em *A seiteira e o desconfiado* (1965), *O pai de família* (1978), *Que horas são?* (1989), *Dois meninas* (1997) e *Sequências brasileiras* (1999).

BSP

LIV



246639

ROBERTO SCHWARZ

O pai de família e outros estudos

809  
S411p

ROBERTO SCHWARZ

O pai de família  
e outros estudos

INSTITUTO DE FILOSOFIA  
E CIÊNCIAS DAS LETRAS

## Revisão e autoria

14/xi/1977

Caro Editor,

obrigado pelo *A lata de lixo da história*. Achei a capa e o aspecto geral do livro muito simpáticos, e a alegria foi grande. Isso posto, não zangue comigo, mas a revisão está uma desgraça. Não porque tenham escapado muitos erros, embora estes existam: além das coisinhas mínimas, falta uma fala inteira (p. 49), faltam asteriscos entre duas cenas diferentes, que ficam parecendo uma só (p. 39), e bem na frase final está “traição” onde deveria estar “tradição”. Mas até aí nada de excepcional. Acontece, porém, que o revisor fez mais de *duzentas* modificações no texto que mandei.

São modificações na pontuação, alterações na ordem da frase, substituições de palavras, acréscimos ao texto, reformulações, e até mesmo modificações em versos.

De modo geral procuro virgular pouco, pois gosto mais de me apoiar no movimento da frase que na pontuação. Já o meu re-

visor é de opinião contrária, e encheu o trabalho de vírgulas. Não é o fim do mundo, mas é certo que ele com isso desfigura um ritmo que eu procurei afirmar. Por outro lado, ele não gosta de travessões, e suprimiu boa parte dos que eu coloquei. Às vezes a diferença é pouca, mas às vezes sai um sentido inteiramente outro. Por exemplo, em passagens em que a palavra está com a multidão. As intervenções são lançadas por anônimos diversos, o que indiquei com um travessão diante de cada frase. Eliminados os travessões, fica parecendo que se trata de um discurso só, e perde-se a dispersão. Para encurtar: há trocas de pontos de exclamação por ponto-e-vírgula, de reticências e pontos finais por travessões, de interrogações por vírgulas, há supressão de aspas etc.

Que dizer das reformulações? O revisor deve achar que são oportunas; eu acho descabidas, e sempre prejudiciais à brevidade e energia da linguagem. Em várias ocasiões revelam incompreensão e produzem contra-senso. É o que acontece, por exemplo, quando a palavra “ventania” muda de lugar na frase. Originalmente, ela indicava o zumbido que anuncia a chegada da repressão. Na frase corrigida, o palco é varrido por uma ventania de verdade, que não tem nada a ver com o peixe. Na mesma página, uma intercalada divide em dois a “concha do desvario”, o que é uma gracinha do autor. O revisor substituiu a intercalada por um ponto final, de modo que ficou a concha numa frase, o desvario em outra, e o sentido desapareceu.

A exemplo de Brecht, procurei aqui e ali implicar o gesto e a marcação dramática na própria fala, sem indicá-los em separado, o que à primeira vista faz o efeito de uma pequena charada. Esse procedimento obriga a uma leitura mais imaginativa e cênica. O revisor achou obscuro, e intercalou as devidas marcações, entre parêntesis, para que o leitor saiba se Bacamarte está se dirigindo ao público ou à esposa (p. 33). Ainda na esteira de Brecht, faço que a personagem ora fale em seu próprio nome, ora se dis-

tancie da situação e de si mesma, comentando o caso diretamente com o público. Assim, o padre Lopes conspira contra Bacamar-te no presente do indicativo, o que não impede que na frase seguinte, passando para um registro distanciado e narrativo, ele se refira à mesma figura no imperfeito: “Por sorte o sábio era casado”. O revisor achou incoerente, e passou o verbo para o presente, o que liquida o movimento que eu queria dar (p. 52). Um exemplo final: “jacaré” rima com “pé”, mesmo que estas palavras não sejam as últimas em seus respectivos versos. Receando que a rima passasse despercebida, o revisor deu aos versinhos uma disposição mais óbvia (p. 50).

Dando um balanço nas modificações, acho que elas obedecem um critério. Onde procurei puxar pela inteligência e vivacidade do leitor, o meu revisor procurou facilitar e entregar mastigado. As intenções são opostas, e é evidente que ele não tinha o direito de me impor a dele. Digo isto sem propósito de ofender, pois imagino que se trate de pessoa de boa vontade, como denotam a intenção de ajudar e o capricho com que se dedicou a ela. Não penso evidentemente que a sua colaboração tenha o sentido da censura. Mas acho que ela encerra um mal-entendido, e que ela é *atrasada*, contrária em tudo ao espírito da literatura moderna, que é de diferenciação. O resultado acaba sendo uma censura pouco estrita, exercida em nome da facilidade e da escrita costumeira.

Textos literários não são sagrados, e sei que um trabalho de revisão pode ser útil e até criativo. Isto desde que haja discussão e a última palavra esteja com o autor. O que é inaceitável é modificar sem consultar. Em primeiro lugar, porque é uma questão de direito e responsabilidade do autor. Em segundo, porque o resultado só pode ser a banalização literária.

O que fazer? Noutro país ou com outra editora, armar um escândalo. Pensando na Paz e Terra, não é o que me ocorre. Sou

mais amigo de sua intervenção corajosa na cena brasileira que de minha peça de teatro. Assim, para dar uma satisfação ao leitor, a mim mesmo e à Editora, que imagino de acordo com estas observações, proponho que você publique esta carta nos próximos *Cadernos de Opinião*. São assuntos óbvios, sobre os quais entretanto é melhor que exista acordo explícito.

Para alguma coisa o meu modesto desastre terá servido.

Muito cordialmente, seu amigo